

“O Conselho de Segurança,

Recordando suas resoluções e as declarações anteriores do seu Presidente sobre a situação na Libéria e na África Ocidental,

Acolhendo com satisfação a condução pacífica e ordeira das recentes eleições na Libéria, um passo importante no progresso da Libéria rumo à paz e à estabilidade duradouras,

Acolhendo com satisfação o compromisso da Presidente eleita, Ellen Johnson-Sirleaf, em reconstruir a Libéria em benefício de todos os liberianos, com o apoio da comunidade internacional,

Ressaltando a contínua importância da Missão das Nações Unidas na Libéria (UNMIL) na melhoria da segurança em toda a Libéria e no apoio ao novo governo com vistas a estabelecer sua autoridade em todo o país, em particular nas áreas produtoras de diamante e madeira, bem como em áreas de fronteira,

Tomando nota do relatório do Grupo de Especialistas das Nações Unidas sobre a Libéria, datado de 25 de novembro de 2005 (S/2005/745),

Tendo revisado as medidas impostas pelos parágrafos 2ª, 4ª, 6ª e 10 da Resolução nº 1.521 (2003) e parágrafo 1ª da Resolução nº 1.532 (2004) e o progresso obtido no cumprimento das condições estabelecidas pelos parágrafos 5ª, 7ª e 11 da Resolução nº 1.521 (2003), e **concluindo** que foi alcançado progresso insuficiente em relação a esse objetivo,

Sublinhando sua determinação em apoiar o novo governo da Libéria no seu esforço para cumprir essas condições, e **encorajando** doadores a fazerem o mesmo,

Determinando que a situação na Libéria continua a constituir ameaça à paz e à segurança internacionais da região,

Atuando com base no Capítulo VII da Carta das Nações Unidas,

1.Decide, em função da avaliação do progresso alcançado, até a presente data, no cumprimento das condições para levantar as medidas impostas pela Resolução nº 1.521 (2003):

(a) renovar as medidas relativas a armas e viagens impostas pelos parágrafos 2ª e 4ª da Resolução nº 1.521 (2003) por um período adicional de 12 meses a partir da data de adoção desta Resolução;

(b) renovar as medidas relativas a diamantes e madeira impostas pelos parágrafos 6ª e 10 da Resolução nº 1.521 (2003) por um período adicional de seis meses a partir da data de adoção desta Resolução;

(c) revisar qualquer das medidas mencionadas, a pedido do novo governo da Libéria, assim que o governo comunicar ao Conselho o cumprimento das condições impostas pela Resolução nº 1.521 (2003) com vistas ao levantamento das medidas e prestar ao Conselho informações para fundamentar sua avaliação;

2.Reitera a disposição do Conselho em pôr fim a essas medidas uma vez que se tenham cumprido as condições enunciadas nos parágrafos 5ª, 7ª e 11 da Resolução nº 1.521 (2003);

3.Acolhe com satisfação a determinação da Presidente eleita da Libéria, Ellen Johnson-Sirleaf, em cumprir as condições impostas para o término das medidas por ora renovadas, e **encoraja** o novo governo da Libéria a:

(a) reformar a Autoridade de Desenvolvimento Florestal, implementar a Iniciativa Florestal da Libéria e implementar as recomendações do Comitê de Revisão das Concessões Florestais para reformar e cancelar concessões madeireiras existentes, que irão garantir transparência, responsabilidade e gerenciamento florestal sustentável e contribuir para que sejam levantadas as medidas relativas a madeira, de acordo com os parágrafos 11 e 12 da Resolução nº 1.521 (2003);

(b) avaliar, com o apoio de parceiros internacionais e por período específico, a possibilidade de contratar assessoria externa independente para o gerenciamento dos recursos diamantinos da Libéria, com vistas a aumentar os rendimentos e a confiança dos investidores, bem como atrair maior apoio por parte dos doadores;

4.Encoraja o novo governo da Libéria a implementar o Programa de Assistência em matéria de Governança e Gestão Econômica, desenvolvido para assegurar a pronta implementação do Acordo Geral de Paz e apressar o levantamento das medidas impostas pela Resolução nº 1.521 (2003);

5.Acolhe com satisfação o apoio prestado pela UNMIL ao governo da Libéria no restabelecimento de sua autoridade em todo o país, e **encoraja** a UNMIL a continuar o patrulhamento conjunto com a Autoridade de Desenvolvimento Florestal;

6.Nota que as medidas impostas pelo parágrafo 1ª da Resolução nº 1.532 (2004) continuam em vigor, e **reafirma sua intenção** de examinar essas medidas pelo menos uma vez ao ano;

7.Salienta sua preocupação com o fato de que o Governo de Transição Nacional da Libéria não tenha cumprido suas obrigações impostas pelo parágrafo 1ª da Resolução nº 1.532 (2004), e **insta** o novo governo a cumprir essas obrigações imediatamente, em particular por meio da adoção da legislação nacional necessária, com o apoio técnico fornecido por Estados membros;

8.Insta a comunidade internacional de doadores a apoiar o novo governo da Libéria e a prestar assistência generosa ao processo de paz, inclusive para a reintegração de ex-combatentes, reconstrução e os apelos humanitários, e atendendo às necessidades financeiras, administrativas e técnicas do governo da Libéria, e, em particular, auxiliar o governo a cumprir as condições enunciadas no parágrafo 2ª, acima, de maneira que as medidas possam ser levantadas o mais rápido possível;

9.Decide restabelecer o Grupo de Especialistas designado em conformidade com a Resolução nº 1.607 (2005), por período adicional até 21 de junho de 2006, com vistas a realizar as seguintes atividades:

(a) conduzir missão de acompanhamento e avaliação à Libéria e aos Estados vizinhos, a fim de investigar e elaborar relatório sobre a implementação, e quaisquer violações, das medidas impostas pela Resolução nº 1.521 (2003), incluindo qualquer informação relevante para a designação pelo Comitê dos indivíduos descritos no parágrafo 4ª (a) da Resolução nº 1.521 (2003), bem como indivíduos e entidades descritos no parágrafo 1ª da Resolução nº 1.532 (2004), e que inclua também as diversas fontes de financiamento, tais como recursos naturais, relativas ao tráfico ilícito de armas;

(b) avaliar o impacto e eficácia das medidas impostas pelo parágrafo 1ª da Resolução nº 1.532 (2004);

(c) avaliar o progresso alcançado no cumprimento das condições para o levantamento das medidas impostas pela Resolução nº 1.521 (2003);

(d) avaliar o impacto humanitário e socioeconômico das medidas impostas pelos parágrafos 2ª, 4ª, 6ª e 10 da Resolução nº 1.521 (2003);

(e) informar ao Conselho, por meio do Comitê, até 7 de junho de 2006, a respeito de todas as questões elencadas neste parágrafo, e fornecer atualizações informais ao Comitê, quando apropriado, antes daquela data, especialmente no que diz respeito ao progresso no cumprimento das condições para o levantamento das medidas impostas pelos parágrafos 6ª e 10 da Resolução nº 1.521 (2003);

(f) cooperar com outros grupos de especialistas pertinentes, em particular com aquele estabelecido a propósito da Costa do Marfim pela Resolução nº 1.643 (2005), de 15 de dezembro de 2005, e com o Sistema de Certificação do Processo de Kimberley;

10.Solicita ao Secretário-Geral, atuando em consulta com o Comitê, apontar, tão breve seja possível, não mais do que cinco especialistas, com conhecimento apropriado sobre armas, madeira, diamantes, finanças, questões humanitárias e socioeconômicas, inspirando-se o máximo possível no conhecimento dos membros do Grupo de Especialistas estabelecido pela Resolução nº 1.607 (2005), e solicita ademais ao Secretário-Geral elaborar os acertos financeiros e de segurança necessários, com vistas a apoiar o trabalho do Grupo;

11.Insta todos os Estados e o governo da Libéria a cooperarem integralmente com o Grupo de Especialistas;

12.Decide seguir ocupando-se da questão.”